



Proposta de orientações estratégicas e medidas sectoriais concretas para políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias

A AEEP tem seguido atentamente as preocupantes tendências demográficas e sociais que se verificam em Portugal nos últimos anos, e que têm um impacto relevante no desenvolvimento, coesão e sustentabilidade da sociedade portuguesa.

O sector da educação e formação deve ser um dos pilares das políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias. Por um lado, porque as crianças e jovens passam toda a sua infância e adolescência na escola. Por outro lado, porque essas fases da vida dos filhos são as mais delicadas para as famílias.

Em Portugal, hoje, todas as crianças estão na escola entre os 6 e os 18 anos de idade. A grande maioria entra na escola (pré-escolar) com 3 anos (85.7%).

Orientações estratégicas:

- As políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias devem centrar-se no sistema educativo dado que é aqui que estão todas as crianças e jovens nas fases de vida de maior preocupação para as famílias;
- As políticas públicas devem ter como eixo fundamental o apoio à família na condução do processo educativo dos filhos de modo a que estas sejam os principais agentes de definição das relações com o sistema educativo;
- As escolas devem ser instituições de profissionais ao serviço da família, num equilíbrio difícil mas que é o pilar da criação de maior valor educativo;
- É no encontro de necessidades das famílias e capacidade de cada escola para as satisfazer que o sistema educativo se colocará, com rigor e flexibilidade, ao serviço da família.

Medidas sectoriais concretas:

- generalização da acção social escolar a TODOS os alunos que a ela têm direito pela sua condição de insuficiência acabando com a discriminação inaceitável dos alunos do ensino particular e cooperativo que frequentam os colégios apoiados por bolsas de estudo ou isenção de mensalidades;



- melhoria dos contratos de desenvolvimento de apoio à família (educação pré-escolar) e dos contratos simples de apoio à família (ensino básico e secundário) de modo a que sejam um verdadeiro apoio para as famílias com menos recursos;
- aumentar a dedução fiscal em IRS das despesas de educação de modo a diminuir a dupla tributação daqueles que optam por ter os filhos no ensino particular e cooperativo;
- promover a regulamentação do ticket escola;
- generalização dos contratos de desenvolvimento de apoio à família e dos contratos simples de apoio à família de modo a que as famílias de menores recursos possam exercer o seu direito de escolha da escola ente todas as escolas particulares e cooperativas e não apenas entre as que têm contrato com o Estado (por terem sido instituídas antes dos anos 90);
- criação de uma plataforma electrónica de matrícula e inscrição na escola que torne mais justo a transparente o processo de inscrição nas escolas públicas estatais de modo a garantir a liberdade de escolha, entre escolas estatais, das famílias com menor capital social.

AEEP, 18 de dezembro de 2014